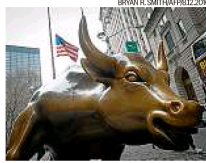


Economia



Reforma em Wall Street
PÁG. 21

TRUMP REDUZ REGULAÇÃO BANCÁRIA

Presidente dos EUA assina decreto revisando regras impostas ao sistema financeiro após crise de 2008



Loteria
PÁG. 22

CAIXA DEVE LIBERAR APOSTAS PELA INTERNET

Hoje, só correntistas do banco têm acesso. Objetivo é elevar arrecadação e facilitar abertura de capital da Lote

NOVO MARCO

Menos restrições no petróleo

Gov. vai rever conteúdo local. Estudo mostra impacto de mais 70 mil empregos até 2020

DANILO FARIELLO
danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA. O governo federal vai cobrar menos conteúdo local (proporção de investimentos nacionais exigidos) em campos de petróleo para obter um volume maior de produção, o que tende a elevar a arrecadação, a geração de empregos e até mesmo as compras do setor no país. Segundo estudo inédito da consultoria internacional IHS, com uma flexibilização da política atual, o país poderá produzir, em 2025, um milhão de barris a mais por dia, nível 30% superior ao cenário previsto caso não haja mudança na regra de conteúdo local. Com essa inflexão maior na política, o número de vagas diretas e indiretas criadas no setor aumentaria em 70 mil postos até 2020 e a arrecadação total de participações, em mais de US\$ 300 bilhões nos próximos cinco anos.

Atualmente, o índice de conteúdo local é de até 65%. Para as autoridades envolvidas no assunto, as conclusões do estudo são válidas, embora não necessariamente os valores estimados se confirmem.

A discussão da reforma da política de conteúdo local, prometida para 2016, tem sido bastante polarizada dentro e fora do governo. Tanto é que a reunião que bateria o martelo sobre o tema na próxima semana-feira foi adiada no fim da tarde de ontem, sem data prevista para acontecer. De um lado, estão as petroleiras, representadas pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e pela própria Petrobras, defendendo uma flexibilização mais forte das regras, em que sejam atendidos percentuais menores e globais por empreendimento. De outro lado, estão segmentos da indústria, como os fabricantes de máquinas e equipamentos e os representantes de trabalhadores, como a Força Sindical, pedindo percentuais maiores de conteúdo local e segmentados, para proteger, especificamente, determinados setores.

SEGMENTAÇÃO POR FASES DO PROJETO

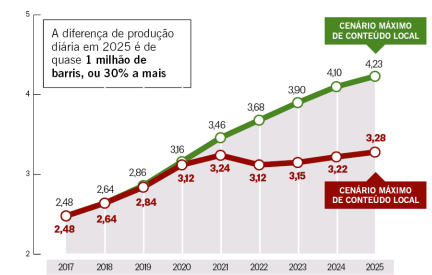
Já a discussão promete ao governo uma maneira para definir um ponto intermediário entre esses dois pontos, para valer apenas para a 14ª Rodada, a ser realizada em setembro deste ano. Para a primeira rodada do pré-sal, prevista para dezembro, o governo já poderá ter uma outra regra. Ao longo do ano, será feito um mapeamento da capacidade de oferta da indústria local para saber no que exatamente será possível a ela atender a preços competitivos. Esse levantamento deverá ser feito pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Para que uma nova política de conteúdo local entre em prática, basta um decreto e a mudança das regras nos editais de leilões.

Já para a 14ª Rodada, o governo deverá deixar de exigir percentuais de conteúdo local em 69 diferentes itens, para instalar algo entre cinco e oito metas de conjunto de bens, serviços ou materiais. Esses macrosegmentos poderão separar fases ou

POSSÍVEIS CENÁRIOS

ESTUDO DA CONSULTORIA IHS SOBRE O IMPACTO DO CONTEÚDO LOCAL NA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Produção de petróleo no Brasil prevista (MILHÕES DE BARRIS POR DIA)



*Plataforma feita inteiramente feita no Brasil e perfuração usando sondas nacionais

** Sonda de perfuração internacional, plataforma com casco convertido na Ásia, módulos de processo e integração feitos no Brasil nos estaleiros que a IHS acredita que vão sobreviver

*** Dados da IHS, para investimentos de 2017 a 2021

Fontes: IHS, IBP e GEE

SEGUNDO O IBP E O GRUPO DE ECONOMIA DA ENERGIA DA UFJRJ, UTILIZANDO-SE AS HIPÓTESES DE VOLUME E INVESTIMENTOS DO ESTUDO DA IHS, EM 2020 TERIAMOS:

	CENÁRIO MÁXIMO* DE CONTEÚDO LOCAL	CENÁRIO FLEXÍVEL** DE CONTEÚDO LOCAL
INVESTIMENTOS	US\$ 36 bilhões	US\$ 60,9 bilhões
EMPREGOS (VAGAS DIRETAS E INDIRETAS)	630 mil	700 mil
RENDA (US\$ MILHÕES)	14.512	15.296
ARRECADAÇÃO E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	US\$ 580 bilhões	US\$ 900 bilhões
INVESTIMENTOS TOTAIS***	US\$ 102 bilhões	US\$ 143 bilhões
INVESTIMENTOS NO PAÍS (COMPRAS LOCAIS)***	US\$ 47 bilhões	US\$ 54 bilhões

Editoria de Arte

partes do empreendimento, como exploração do campo e bens de produção em poços, mas não se tratará mais de produtos específicos, como trocadores de calor, tal como existe no modelo atual, segundo um técnico do governo.

— Isso já deixa o modelo bem mais flexível e preserva ainda certas competências — explicou esse técnico, que defende que não seja feita uma reversão total das medidas, ao se adotar metas globais. — O cenário econômico prejudica a discussão e é preciso que os leilões tenham atratividade, mas a política de conteúdo local não pode ser abandonada — disse outro técnico.

Para Carlos Frederico Rocha, pesquisador do Instituto de Economia da UFJRJ, na revisão é preciso manter uma política de conteúdo local, como ocorre com o petróleo em praticamente todos os países do mundo. Mas ele explica que a regra atual é muito burocrática e não resultou na capacitação dos fornecedores.

— Precisamos ter conteúdo local, não vamos ser inocentes, mas não dá para ficar agradando a setores específicos, porque isso é ruim para eles, que vão à falência quando a Petrobras passa por problemas — disse o pesquisador.

Os governos regionais também têm posições distintas. O Espírito Santo, grande produtor de petróleo, é favorável à flexibilização mais abrangente da política, em favor de um crescimento mais forte da produção. Já o Rio contemplou.

— Queremos avanços na cadeia de petróleo e gás, mas o adensamento da cadeia de petróleo no estado só ocorrerá com

ações que respeitem o conteúdo local em setores nos quais temos vocação, como indústria naval, siderurgia e o cinturão de empresas de tecnologia — disse o secretário da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico do Rio, Christiano Áureo.

REGRAS VÃO PREVER 'CRÉDITOS'

Cada um desses macrosegmentos, que ainda vão ser definidos, deverá ter um percentual específico no edital da 14ª Rodada. A ideia é ter mais exigências em bens, mas também serviços podem ter percentuais mais rígidos, uma vez que o governo quer assegurar mais inteligência de processos no país diante da expectativa de ingresso maior de estrangeiros, principalmente no pré-sal.

Um estudo que tem sido usado como referência pelo governo aponta que um investimento em plataforma de US\$ 1 bilhão e percentual de 55% de conteúdo local — abaixo dos níveis praticados atualmente, de até 65% — implicam uma produção local de US\$ 4,1 bilhões e 20 mil empregos criados direta e indiretamente. O impacto de tudo isso resulta em um aumento de US\$ 1,8 bilhão no Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

Segundo a IHS, mesmo em um cenário de menor proteção local do que o atual, a indústria nacional manteria um nível similar ou até superior de demandas, porque ela abocanhará uma fatia menor de um pedaço maior de investimentos. O estudo do IHS leva em conta um conteúdo local mais seletivo, em que as exigências se restringem a setores nos quais a indústria

brasileira é mais competitiva.

Carlos Rocha, diretor de energia do IHS, disse que as regras atuais de conteúdo local implicam um sobrecurso dos projetos de petróleo no país entre 13% e 22,5%, por conta dos preços maiores cobrados aqui. A Petrobras, a favor de uma mudança mais profunda, conforme defendida pelo presidente Pedro Parente, tem pedido para construir a plataforma de Libra no exterior, por ter encontrado diferenças de preços na faixa dos 40%.

— As últimas plataformas na Bacia de Santos embutem um prazo a mais de 30 meses de entrada em operação, em relação à prática internacional — disse Rocha, destacando que atrasos também são elementos de custo relevantes no setor.

Além da redefinição dos percentuais e das regras, a política a ser definida pelo governo nos próximos dias também deverá prever flexibilizações, como a criação de créditos de conteúdo local, em que, quando uma operadora conseguir superar suas metas em um campo, poderá usar esses créditos em outro campo. Outra regra que deverá ser revista é a de multas cobradas quando a meta não é atingida.

O governo quer executar quatro leilões de áreas de petróleo neste ano e a definição das regras de conteúdo local podem afetar a demanda das operadoras, alerta o IBP.

— A sinalização do governo é que haverá um ambiente de negócios positivo para atrair investimentos e obter sucesso nos leilões deste ano — disse Antonio Guimarães, secretário-executivo do IBP.

NEGOCIAÇÃO

INDÚSTRIA VÊ AVANÇOS

Representantes de segmentos da indústria nacional e fabricantes de máquinas e equipamentos estão vendo avanços nas negociações de uma nova política de conteúdo local para o setor de petróleo e gás. Segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, em encontro recente o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, teria prometido que a nova metodologia, ainda em estudo, não será de conteúdo local-global, que era um temor dos empresários.

— O ministro Padilha prometeu que a metodologia de conteúdo local não será global, mas não disse como será. Contudo, admitiu que está em estudo, entre outras, a proposta da Abimaq de cinco segmentos, ou até mesmo uma outra com três segmentos — destacou Velloso.

A Abimaq defende a adoção de conteúdo local pelos segmentos de engenharia, serviços, materiais e equipamentos, materiais e sistemas. (Ramona Ordoñez).

Contas de luz ficarão sem cobrança extra até fim de abril, diz Aneel

Com oferta de energia alta, bandeira verde deve ser mantida

SÃO PAULO. As contas de luz deverão manter a bandeira tarifária verde, que não implica em custos extras para os consumidores, ao menos até o fim de abril, projetou ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. As bandeiras

amarela e vermelha, que são acionadas quando há uma menor oferta de energia no sistema, geram a cobrança de um valor extra por cada kilowatt-hora consumido.

Até o final do período úmido, não vislumbro cenário que possa acionar bandeira amarela. No período seco, a partir de maio, depende de como fechamos o período úmido, não dá para fazer essa previsão agora, afirmou Rufino, após participar de evento em São Paulo. O diretor também descartou

necessidade de alguma revisão nos valores cobrados aos consumidores, após uma decisão da Aneel de recontabilizar o preço da eletricidade no mercado livre em novembro e nas primeiras três semanas de dezembro. Naquele mês havia sido acionada a bandeira amarela, mas o preço, após a revisão, indicou que o mês deveria ter sido de bandeira verde.

Segundo Rufino, não haverá devolução desses recursos aos consumidores, porque a arrecadação gerada com a bandeira fi-

ca em uma conta e é repassada às distribuidoras de eletricidade conforme necessário, para custear a compra de energia de termelétricas, que têm a geração mais cara que as usinas hidricas: — Ela já é devolvida. A bandeira na verdade é uma arrecadação que fica em uma conta e é usada para cobrir o acionamento. Todo ano definimos o orçamento da bandeira para o ano que vem. O primeiro item que o compõe é o saldo (da conta), se tem sobra ou insuficiência (de recursos).

Segundo a Reuters, levantamento da consultoria TR Soluções mostra que as tarifas de energia elétrica deverão ter uma redução média de 1,56% este ano, se considerado o efeito dos reajustes e revisões previstos. Há distribuidoras que poderão ter alta de até 20%, enquanto outras devem ter uma redução de quase 15%.

A tendência, de acordo com a TR Soluções, é que predomine reduções tarifárias nas distribuidoras que passam por reajuste ou revisão no primeiro semestre e elevação naquelas que terão a mudança nas contas na segunda metade do ano. Na projeção da consultoria, as tarifas de Ampla (RI), CPFL Paulista (SP) e Energia Mato Grosso deverão ter os maiores reduções, de quase 15%, enquanto Eletrobras Alagoas, Eletrobras Piauí e CEEE (RS) devem apresentar os maiores reajustes para cima, de mais de 15%. Para a Light, a previsão é de alta de cerca de 10%, enquanto a Cemig deve ter redução de 12% e a Eletropaulo, uma queda de cerca de 2%. ●